

**REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA:
reflexões psicopolíticas sobre violências,
maioridade penal, luta política e precarização das
condições de trabalho na sociedade brasileira**

REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA:
psycho-political reflections on violence,
criminal prosecution, political struggle and
precarization of working conditions in Brazilian society

REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA:
reflexiones psicopolíticas sobre violências,
mayoridad penal, lucha política y precarización
de las condiciones de trabajo en la sociedad brasileña

REVISTA PSICOLOGIA POLITICA :
réflexions psycho-politiques sur la violence,
les poursuites pénales, la lutte politique et la précarisation
des conditions de travail dans la société brésilienne

Adolfo Pizzinato – UFRGS – Brasil

Aline Reis Calvo Hernandez – UFRGS – Brasil

Conceição Firmina Seixas Silva – UERJ – Brasil

Frederico Alves Costa – UFAL – Brasil

Frederico Viana Machado – UFRGS – Brasil

Editores

Ao fecharmos o segundo número da REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA organizado por esta Comissão Editorial, cabe ressaltar nossa satisfação em superarmos os muitos desafios para a manutenção deste periódico. Mesmo no cenário de escassez de recursos, sobretudo para um periódico que não está associado a uma universidade e região específicas, limitando as possibilidades de fomento, conseguirmos finalizar este processo editorial.

Editorial

Tendo em vista o atraso das publicações da RPP já no momento em que assumimos a Comissão Editorial, priorizamos atualizar e regularizar a periodicidade, o que pretendemos conseguir até o início de 2019. Acreditamos que este objetivo será alcançado, sobretudo, por conta do apoio que temos recebido por parte dos diversos parceiros da revista que estão contribuindo na divulgação, na avaliação por pares, na organização dos números temáticos, no suporte técnico e acadêmico envolvido nas decisões editoriais e, até mesmo, no financiamento dos procedimentos que envolvem a publicação deste periódico por parte dos associados da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLÍTICA. Neste sentido, agradecemos a todos estes parceiros, bem como aos autores e autoras que publicam conosco, que acreditam na importância da Revista para o desenvolvimento da psicologia política, nacional e internacionalmente.

Neste número 36 da RPP as leitoras e os leitores poderão ter contato com discussões produzidas por pesquisadoras e pesquisadores que atuam em quatro regiões do país: centro-oeste, nordeste, sudeste e sul. Trata-se de um panorama crítico e metodologicamente rigoroso para a análise de temas complexos e polêmicos que reforça a importância da Psicologia Política como campo interdisciplinar para a compreensão de temas que envolvem conflitos e problemas públicos.

Os artigos debatem relações de poder em diferentes perspectivas psicopolíticas, possibilitando-nos reflexões teóricas e empíricas sobre juventude, mobilizações políticas e relações de trabalho. Em um momento no qual vemos um enfoque das categorias de análise centradas em identidades minoritárias, tais como mulheres, negros, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e outros, as discussões sobre o mundo do trabalho e as lutas dos trabalhadores trazem antigas discussões à luz de novas teorizações ressaltando o caráter interdisciplinar e a diversidade de temas estudados sob as perspectivas da psicologia política.

As psicólogas e pesquisadoras Daniela Fontoura Domingues e Liana Fortunato Costa (UnB), no artigo *O Adolescente em Situação de Ofensa Sexual: proteção e responsabilização para evitar a reincidência*, refletem sobre um tema difícil e necessário de ser investigado: a ofensa sexual – comumente denominado abuso sexual – cometida por adolescentes. A partir de uma análise crítica e cuidadosa, as autoras chamam atenção para a importância de discutir o tema proposto e para necessidade da notificação – uma vez que ainda não dispomos de muitas investigações, em termos estatísticos, no território brasileiro. Além disso, o artigo enfatiza a importância do atendimento psicológico conectado a uma justiça restaurativa, de modo a viabilizar o processo de tomada de responsabilidade pelo adolescente que comete a ofensa sexual e evitar a reincidência de casos e garantir sua proteção, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tal, as autoras destacam ser necessário entender e respeitar a singularidade do momento em que vivem os adolescentes, não comparando sua conduta com a dos adultos, a fim de evitar uma possível estigmatização que venha comprometer seu futuro.

A temática do *bullying* na escola tem ganhado cada vez mais espaço nos debates sobre adolescência e educação. No artigo *Percepções de Adolescentes Escolares sobre as Relações entre Violência Doméstica e Bullying*, as pesquisadoras Grazielli Fernandes, Maria Angela Mattar Yunes e Lirene Finkler (UNILASALLE) fazem uma reflexão sobre a relação entre violência doméstica e *bullying*, a partir da análise da percepção de adolescentes de uma escola pública municipal da região metropolitana do Rio Grande do

Sul. O estudo de base qualitativa contou com a participação de oito estudantes que declararam sofrer violência doméstica e serem autores e/ou alvos de *bullying*, tecendo uma relação entre essas duas instituições – a escola e a família – no que se refere às experiências de violência praticadas e/ou sofridas. As autoras pontuam a necessidade da implementação de projetos de intervenção e políticas públicas que tragam à tona a discussão dessa temática, por meio do envolvimento tanto da escola como da família – locais importantes no processo de subjetivação dos adolescentes.

Atualmente vemos reacender o debate sobre a redução da maioria penal no contexto social brasileiro. Essa questão, que sempre esteve em pauta na nossa sociedade, alcançou recentemente as mídias hegemônicas que tendem a apresentar a redução da maioria penal como solução para os problemas da violência. Gabriel Akira Oliveira Coutinho, Guilherme Nunes Pereira e Sany Kelly Batista Cruz (USP) discutem, no artigo *Os Processos de Discussão de Redução da Maioria Penal no Brasil e no Uruguai: as influências da mídia e da sociedade civil organizada na opinião pública*, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 171/1993, que propõe a redução da maioria penal no Brasil. Em 2015, a medida ganha destaque na discussão pública aqui, mobilizada principalmente pelos veículos de comunicação de massa. O artigo se desenvolve a partir de uma comparação com a maneira com que a discussão em torno da redução da maioria penal aconteceu no Uruguai, em 2014. Neste país, os esforços empreendidos pelas organizações da sociedade civil conseguiram produzir mudanças na opinião pública a respeito do tema. Ao contrário do Brasil, em que grande parte da população se demonstrou favorável à PEC nº 171/1993, no Uruguai, o resultado do plebiscito que aconteceu junto às eleições presidenciais de 2014 aponta que boa parte da população uruguaia desaprova a medida, contrariando as pesquisas de opinião realizadas pouco tempo antes do plebiscito. Esse resultado é atribuído principalmente ao trabalho de grupos e movimentos sociais junto à população. Assim, os/as autores/as chamam atenção para importância da organização da sociedade para a reflexão e debate de questões sociais importantes, em detrimento do tratamento acrítico dos veículos de comunicação hegemônicos acerca de muitos assuntos.

O quarto artigo desta edição é o primeiro de três artigos que retratam o debate relativo ao campo das relações laborais contemporâneas, seja em termos de mobilizações políticas seja em termos da análise da precarização laboral. *Dia Nacional de Lutas: pelas mídias e pelos sindicalistas trabalhistas*, do grupo de autoras (Lívia de Oliveira Borges, Sabrina Cavalcanti Barros, Alexandra Mara Oliveira, Andressa de Araújo Moreira, Stella Couto Batista, Ianna de Oliveira Cardoso Gonçalves, Camila Teixeira Heleno, Aline Costa Picardi) vinculadas à UFMG, apresenta uma detalhada análise midiática sobre as repercussões de um importante ato político-sindical brasileiro, da antessala da crise político-institucional que vivemos: o “Dia Nacional de Lutas”. Essa análise se integra com a avaliação direta que alguns de seus protagonistas – dirigentes de centrais sindicais – fizeram sobre o evento. A análise sugere que o Dia Nacional de Lutas expressou um espaço de agência do movimento sindical brasileiro, integrando-se com interesses amplos e suprapartidários da cidadania nacional.

O trabalho de Dimitre Sampaio Moita, Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira e Cassio Adriano Braz de Aquino (UFC): *O Empreendedor na Era do Trabalho Precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral* resgata uma discussão chave para o campo da Psicologia do Trabalho – ao menos a que ainda mantém afinidade com as vertentes críticas –, que é o acoplamento entre o discurso de empreendedorismo com o incremento

exponencial da precarização laboral. Nos diferentes contextos produtivos apresentados, os autores e a autora apresentam a construção dos conceitos de empreendedorismo e de precarização, entendendo a dualidade presente nos discursos empreendedoristas: como resistência frente aos modelos opressores, em busca de autonomia, e como reprodutor da precarização e exploração laboral.

O presente número se encerra com o trabalho das autoras Fabiane Konowaluk Santos Machado, Carmem Regina Giongo e Jussara Maria Rosa Mendes (UFRGS), que no artigo intitulado *Terceirização e Precarização do Trabalho: uma questão de sofrimento social* discutem a institucionalização da instabilidade no mundo do trabalho, incrementando a precariedade, a exclusão e o conseqüente sofrimento social.

É uma grande satisfação apresentarmos os artigos aqui publicados e desejamos uma boa leitura a todas e todos que apostam na potência das abordagens da psicologia política para compreensão das relações de poder nas sociedades contemporâneas!